

# Bom Dia CONTRASP



Edição 802 - Terça - feira, 13 de junho de 2023



## OIT: MINISTROS DO TST DISCUTEM “TRANSIÇÃO JUSTA” PARA NOVAS FORMAS DE TRABALHO

Os ministros Alberto Balazeiro e Evandro Valladão representam o Tribunal na 111ª Conferência Internacional do Trabalho



Organização  
Internacional  
do Trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) realiza, em sua sede em Genebra (Suíça), a 111ª Conferência Internacional do Trabalho, de 5 a 16 de junho. O evento anual reúne representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos 187 países-membros da Organização para discutir temas atuais relacionados ao trabalho. Os ministros Alberto Balazeiro e Evandro Valladão integram a delegação brasileira. “Essa reunião anual tem um papel fundamental na pro-

moção do diálogo tripartite e na busca de soluções para os desafios enfrentados pelas trabalhadoras e trabalhadores no mundo”, afirmam.

Este ano, um dos principais temas da agenda é a chamada “transição justa” para economias sustentáveis e inclusivas. Segundo a OIT, o termo engloba a criação de oportunidades decentes de trabalho para todas as pessoas envolvidas e o diálogo com todos os grupos que sofrerem os impactos da transição, além do respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalho. “Esse debate parte do pressuposto de que, na transição de um tipo de relação de trabalho para outro, sejam preser-

vados elementos como renda, segurança e saúde", explica o ministro Balazeiro.

## **Riscos e oportunidades**

Uma nota técnica divulgada durante a conferência ressalta que, além das perdas econômicas e de horas de trabalho, as mudanças climáticas e ambientais representam uma ameaça pluridimensional para a segurança e a saúde do trabalho, uma vez que potencializa o risco de lesões, doenças e morte de trabalhadores por fatores como estresse térmico, exposição a produtos químicos perigosos e contaminação atmosférica. Ao mesmo tempo, lembra que a transição energética e a criação de novos setores econômicos criarão oportunidades de emprego e podem contribuir para impulsionar o crescimento econômico mais inclusivo, com nível de vida mais alto. Em relação aos empregos, pode haver uma compensação ao risco de destruição de postos de trabalho.

Segundo o documento, todos os atores do mundo do trabalho devem reunir esforços e, no que diz respeito ao mer-

cado de trabalho, propor intervenções ativas para a proteção social, a segurança e a saúde e outros direitos, além de buscar novas soluções por meio do diálogo social.

## **Aprendizagem**

Outro tema em discussão na conferência é a aprendizagem. Segundo o ministro Balazeiro, o Brasil tem uma legislação bem avançada sobre o tema. "Mas a ideia aqui é usar a aprendizagem como ferramenta de inclusão no mercado de trabalho e combate à informalidade", observou.

Além destes temas, os ministros relatam que há grande expectativa sobre o encaminhamento de outros grandes eixos, como o avanço da justiça social e a promoção do trabalho decente, a aplicação das convenções e recomendações da OIT pelos países-membros, a adaptação de alguns desses documentos, a igualdade entre gêneros no trabalho e a proteção laboral e social diante do crescimento da informalidade. "Os debates poderão indicar outros caminhos para avançar em objetivos caros à Justiça do Traba-

lho, como a busca pela justiça social, a valorização do trabalho e a construção de uma sociedade fraterna e solidária”, concluem.

Fonte: <https://www.tst.jus.br/>

## MARINHO SOBRE IMPOSTO SINDICAL

**Segundo o ministro, a grande maioria das centrais sindicais já entendeu que esse não deve ser o caminho para o debate**



O Ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, disse acreditar que o imposto sindical não irá retornar. "Eu diria que o imposto, como o imposto, não volte nem pelo Supremo nem pelo Congresso", disse durante entrevista ao Canal Livre, da Rede Bandeirantes. "Com o fim do imposto sindical, eu creio que se você tiver uma contribuição dos trabalhadores, com base nas decisões dos trabalhadores em assembleia, naturalmente um conjunto de sindicatos desaparecerão pela ausência de representatividade. Só justifica ter uma contribuição se

tiver uma contrapartida, uma prestação de serviço pra que os trabalhadores se convençam a fazer essa contribuição", disse.

Segundo o ministro, a grande maioria das centrais sindicais já entendeu que esse não deve ser o caminho para o debate. Ao comentar o tema, o ministro também afirmou que não vê necessidade de existirem dez centrais sindicais no País. Ele defendeu que se encontre um mecanismo de fusão e incorporação. "Não adianta quantificar e diminuir a qualidade do processo de negociação."

"O que deve acontecer, e acho que é importante que aconteça, pois é o que acontece em todos os países desenvolvi-

dos, é o fortalecimento dos sindicatos a partir da capacidade de negociação e de representação. Eu falo pras centrais que não há necessidade ter dez centrais no Brasil, não há ideologia sindical para ter dez centrais no Brasil, como não há ideologia para ter 50 partidos", disse.

O ministro também comentou a tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a convenção da Organiza-


ção Internacional do Trabalho (OIT) que trata da demissão sem justa causa. Segundo ele, a convenção não é um problema para as empresas. "O que não pode é as empresas fazerem uma demissão em massa sem justificar para a sociedade", disse. Marinho afirmou que não cabe ao Supremo tratar sobre o tema e afirmou que a competência é do Congresso Nacional.

Fonte: <https://exame.com>

**CONTRASP**



Presidente: Edilson Silva  
Secretária de Imprensa e Comunicação: Dayane da Penha de Oliveira  
Produção e Arte Finalista: Regina Domingues  
Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

 SCR N° 712/713 BLOCO H ENTRADA 42 LOJA 41 ED SANTO ANTONIO ASA NORTE, BRASILIA, DE, CEP: 70760-680  
 (61) 35320448  
(61) 35320414  
 <https://www.facebook.com/contrasp>  
 <http://contrasp.org.br/>  
 [contrasp@outlook.com](mailto:contrasp@outlook.com)